



1 **ATA 172**

2 Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, por  
3 videoconferência, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se, com o  
4 Secretário de Conselho Alexandre Belino, as Intérpretes de Libras: Larissa  
5 Fernandes Dias e Aline Iolanda de Souza. A convidada da Defensoria Pública  
6 do Estado de Santa Catarina: Sharon Simões. Com a participação dos  
7 conselheiros titulares e suplentes: Juliana Terezinha Martins (SDS), Maicon  
8 de Medeiros (SDS), Sandro Martins de Souza (SDS), Kelly Cristiny Cabral  
9 (SDS), Ketryn Fabiana Cidade Beseke (SED), Ricardo de Freitas (SIE),  
10 Adriano Sousa (SES), Paulo Roberto Homem (Santur), Jeane Rauh Probst  
11 Leite (FCEE), Thiago Antonio Fagundes de Oliveira (AASJLLE), Sandra Lúcia  
12 Amorim (ASGF), Clever Gilliard Lamin (ASBAC), Amanda Ramos Schwengber  
13 (APABB), Michel Kleinschmidt (FECEC), Márcia Gil Barddal (FECASD),  
14 Patrícia Manetta (COMPED Blumenau), Paulo Roberto Ferronato (COMDE  
15 Xanxerê). Ausências Justificadas: Ana Rubia Ramos Fritsche Zanella (SSP),  
16 Jeanie Ribeiro Isphair Wendt (FEAPAEs) e Carlos Roberto Sestrem  
17 (FECADDESC). 1- Abertura / apresentação dos presentes e levantamento do  
18 quórum regimental. Presidente Jeane faz a abertura da reunião dando boas-  
19 vindas a todos e desejando uma boa tarde e relata que o Secretário Alexandre  
20 irá fazer o levantamento do quorum e a chamada através da entrada de cada  
21 Conselheiro na reunião virtual. A Presidente Jeane se manifesta em repúdio a  
22 fala do Ministro da Educação, sobre a Educação inclusiva em nosso País, e  
23 contestar pelo histórico que nós temos de mais de trinta anos de um processo  
24 de inclusão as Pessoas com deficiência na educação. Ano passado tivemos  
25 uma audiência pública, e realmente é lamentável, entendo que a lei trás  
26 algumas alterações para pessoas com surdez, na educação bilíngue, por meio  
27 de ter acesso a sua língua, mas não negar o direito aos outros, na sua  
28 inclusão na educação, está faltando uma leitura e uma interpretação nesse  
29 movimento, então deixo aqui a minha manifestação e meu repúdio e total  
30 apoio quanto ao processo de inclusão das pessoas com deficiência na área  
31 da educação no Estado de Santa Catarina. 2- Leitura e aprovação da pauta.  
32 A Presidente Jeane faz a leitura dos itens da pauta e foi incluído dois itens na  
33 pauta: o estacionamento para pessoas com Deficiência do Conselho de  
34 Pinhalzinho e Tubarão e o outro item seria a participação do Assessor da  
35 Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ALESC na  
36 qual foi aprovada. 3- Aprovação das justificativas dos Conselheiros ausentes,  
37 A Presidente Jeane solicita se houve justificativas de ausência. O Secretário  
38 Alexandre fala das justificativas dos seguintes Conselheiros: Jeanie Ribeiro  
39 Isphair Wendt (Feapaes) por motivo de reunião na regional; Carlos Roberto  
40 Sestrem (FECADDESC) por motivo de saúde e Ana Rubia Ramos Fritsche  
41 Zanella (SSP) por motivo de reunião urgente na Secretaria. Todas as



42 justificativas foram aprovadas. 4- Aprovação da Ata 171, A Presidente Jeane  
43 perguntou se todos receberam a Ata e se concordam com a mesma, na qual  
44 foi aprovada por unanimidade. 5- Ad referendum da diligência do PL  
45 0242.6/2021 a criação de Centros de Terapia Assistida por Animais para  
46 Pessoas com TEA - Transtorno do Espectro Autista, no âmbito do Estado de  
47 Santa Catarina". A Presidente Jeane fala que recebemos o esta diligência, o  
48 Secretário Alexandre já tinha colocado no grupo de whatsapp dos  
49 Conselheiros na necessidade de estarmos nos manifestando e vou pedir que  
50 faça a leitura da resposta que a gente encaminhou. O Secretário Alexandre  
51 faz a leitura do ofício de resposta: Ofício CONEDE/SC nº 014/2021.  
52 Florianópolis, 10 de agosto de 2021. Prezado Consultor, Em resposta ao  
53 Ofício GPS/DL/0662/2021, de 20/07/21, que solicita parecer a esse Conselho  
54 sobre a "Criação de Centros de Terapia Assistida por animais para pessoas  
55 com Transtorno do Espectro Autista (TEA)" temos a considerar:- Ressaltamos  
56 a importância desta terapia não só a pessoas com TEA, mas também a  
57 crianças e jovens com deficiência. - Segundo art. 1º o poder executivo  
58 disponibilizará os centros de terapia, no referido projeto e justificativa não  
59 ficam claros como será organizado essa ação dentro da estrutura de Governo,  
60 por meio de qual órgão, e a quem será delegado à responsabilidade de  
61 fiscalização. - Será ofertada também a possibilidade de contratação de  
62 equipes multiprofissionais? - Em nosso Estado já existem Centros de  
63 Atendimento mantidos por Instituições filantrópicas, inclusive por meio de  
64 parceria com a Polícia Militar. Qual a possibilidade de convênio com essas  
65 instituições? O Conede entende a importância da matéria, porém ressalta a  
66 necessidade destes esclarecimentos no Projeto, bem como a garantia de  
67 manutenção e auxílio aos Centros já existentes. Sem mais para o momento.  
68 Atenciosamente, Presidente do CONEDE. A Presidente Jeane pergunta se já  
69 foi encaminhado para a COJUR da SDS, e o Secretário Alexandre responde  
70 que sim, e o mesmo já encaminhou para Casa Civil, na qual poderá ler a  
71 conclusão da resposta. A Presidente Jeane fala que acha pertinente esta  
72 pauta, mas faltaram estes esclarecimentos, na qual fizemos através deste  
73 ofício, indagando para ALESC. Não só para os Autistas, mas para várias  
74 outras deficiências que poderão ser contempladas com este tipo de terapia. A  
75 Conselheira Juliana fala que o projeto está muito raso, e achei que foi muito  
76 feliz a resposta do Conede, pensando nas equipes e a qualidade do serviço.  
77 O Secretário Alexandre vai ler a conclusão feita pelo Procurador do Estado fez  
78 para Casa Civil. Com a seguinte conclusão: Ante todo o exposto, informa-se  
79 que a Gerência de Políticas para Pessoas com Deficiência e Idosos (GEPDI)  
80 desta Pasta, concluiu que o Projeto de Lei nº 0242.6/2021, que "Dispõe  
81 sobre a criação de Centros de Terapia Assistida por Animais para Pessoas  
82 com TEA - Transtorno do Espectro Autista, no âmbito do Estado de Santa



83 Catarina”, embora revestido de conteúdo relevante, na medida em que pode  
84 fortalecer as políticas públicas, especialmente aquelas afetas às pessoas  
85 com deficiência, trata de temática que envolve competências de outros  
86 órgãos ou entidades do Governo, bem como matéria que necessita  
87 de avaliação, e estudo detalhado acerca do Impacto Orçamentário-  
88 Financeiro, e o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com  
89 Deficiência se manifestou com ressalvas ao Projeto de Lei, reiterando a  
90 existência prévia de Centros de Atendimento mantidos por Instituições  
91 filantrópicas. À consideração superior. João Paulo de Souza Carneiro  
92 Procurador do Estado de Santa Catarina (assinado digitalmente). O  
93 Conselheiro Paulo Ferronato fala que em Xanxerê através da FCD –  
94 Federação Cristã de Pessoas com Deficiência, mantém na cidade há vários  
95 anos, a equoterapia para pessoas com deficiência, e a gente sabe o quanto  
96 isso é importante, e ajuda as pessoas, e o quanto isso causa benefícios para  
97 as pessoas, essa é uma matéria que temos que tratar com bastante carinho,  
98 principalmente porque há uma demanda reprimida, não é só para pessoa com  
99 Autismo, mas para todas as pessoas que tenha alguma deficiência motora,  
100 sensorial, que possam participar e acredito que temos estudar bem isso, e  
101 fazer com que aconteça de uma forma bem efetiva em nosso Estado. A  
102 Conselheira Márcia fala que para corroborar com a fala dos Conselheiros  
103 anteriores, nossa Associação iniciou um projeto de equoterapia devida essa  
104 grande necessidade, é uma matéria que temos que ter muito carinho, muito  
105 cuidado, não só da área do TEA, mas outras deficiências também, eu acho  
106 que o encaminhamento é bem esse, a demanda é grande, e dizer que o  
107 Conede não é contra essa demanda, mas que podemos analisar com carinho  
108 e cuidado, de como seria feito isso, e a possibilidade dos centros que já  
109 existem, ter em outros lugares, é uma matéria que dá para gente debruçar e  
110 pensar com carinho essa demanda. A Presidente Jeane, se compromete em  
111 falar com o Deputado autor do projeto de lei, para fazer os esclarecimentos  
112 necessários para poder fazer um texto melhor, para contemplar outras  
113 deficiências também, que necessitem desta demanda. 6- Ofício COMPED  
114 Blumenau nº52.2021 – Acesso à cadeira de rodas motorizada. A Presidente  
115 Jeane fala que hoje o setor responsável por essa emissão e concessão de  
116 cadeiras de rodas motorizadas é o Órteses e Próteses – OPM que fica  
117 vinculado ao CCR – Centro Catarinense de Reabilitação, todos os  
118 regramentos são estabelecidos nacionalmente, e não podem ser modificados  
119 em nível Estadual e olhando bem no formulário, ela trás possíveis alterações,  
120 ele abre a precedente de colocar alguma orientação, creio eu que é isso que  
121 faltou as pessoas que estão solicitando esse serviço e quem faz a avaliação  
122 deste documento, coloca ali a necessidade do equipamento. A Conselheira  
123 Patricia nós do Conselho de Blumenau, estávamos tendo esse entendimento



124 depois da última reunião, nesta demanda. A Presidente Jeane, fala que  
125 inclusive pode estar passando o contato da responsável das aquisições das  
126 cadeiras de rodas motorizadas no âmbito do Estado, se colocou a disposição,  
127 se precisar esclarecer alguma dúvida. 7- Estacionamento para Pessoa com  
128 Deficiência – demanda dos Conselhos Municipais de Pinhalzinho e Tubarão.  
129 A Presidente Jeane fala que o Secretário Alexandre trouxe esse assunto hoje  
130 de manhã, e incluímos nessa pauta. O Secretário Alexandre, fala que os  
131 municípios estão com dúvida sobre quem tem direito na vaga de  
132 estacionamentos de Pessoa com Deficiência, com a LBI – Lei Brasileira de  
133 Inclusão e com a inclusão do TEA como deficiência, houve um aumento de  
134 pessoas que utilizam esse benefício e o numero de vagas continua o mesmo.  
135 Vários municípios estão com essa dúvida e o Conselho de Pinhalzinho e  
136 Tubarão nos pediram pelo grupo de whatsapp para inserir esse assunto  
137 nesta reunião de hoje. A Presidente Jeane fala que talvez os Conselheiros da  
138 Infraestrutura, tem alguma opinião sobre esse assunto. O Conselheiro Michel,  
139 fala que tem em mãos o artigo 47 da LBI, em todas as áreas de  
140 estacionamento aberto ao publico, de uso público ou privado, pessoa com  
141 deficiência com comprometimento de mobilidade, desde que devidamente  
142 identificado, então pelo que dá para entender, são pessoas que tenha  
143 comprometimento de mobilidade. A Presidente Jeane, fala que foi o que  
144 tentou entender e buscou informações na FCEE, que se entende que tem que  
145 fazer o cadastro no órgão municipal de trânsito, pessoas com deficiência e  
146 mobilidade reduzida, que tenha algum comprometimento em sua circulação, o  
147 autista, por exemplo, usa o símbolo do autista, alguns locais aumentou o  
148 direito e podemos fazer a busca na legislação e fazer um documento  
149 esclarecedor do Conede, podemos pedir para a comissão dos atos, elaborar  
150 um texto orientador. Todos concordam que a comissão irá elaborar um texto e  
151 nos posicionando sobre a questão da vaga de estacionamento para Pessoa  
152 com Deficiência. 8- Participação do Assessor da Comissão de Defesa dos  
153 Direitos da Pessoa com Deficiência da ALESC no Conede. A Presidente  
154 Jeane fala que todos sabem que a Janice que agora é Presidente da  
155 Fundação Catarinense de Educação Especial, participava conosco do  
156 Conede, inclusive era nossa Conselheira. Com a saída dela da comissão da  
157 ALESC, entrou o David Crispim que é o Assessor que está respondendo pela  
158 comissão, e ele veio pedir ao Conede para participar como ouvinte em nossas  
159 reuniões e eu decidi que iria colocar em plenária para essa deliberação.  
160 Coloco em votação, se algum Conselheiro se manifesta ao contrário desta  
161 participação, não houve manifestação contrária, está aprovado à participação  
162 do Assessor da Comissão PCD da ALESC junto ao Conede como ouvinte. 9-  
163 Deliberação das comissões permanentes. A Presidente Jeane questiona ao  
164 Secretário Alexandre se tivemos alguma reunião de comissão neste mês.



165 Neste mês a comissão mais atuante, a Kelly Cabral estava de férias e com  
166 isso acredito que não teve reunião de nenhuma comissão. O Secretário  
167 Alexandre responde, que nesse último mês não tivemos. 10- Assuntos Gerais.  
168 A Presidente Jeane fala que, não sei se vocês acompanharam semana  
169 passada da audiência no STJ, acompanhei uma hora mais ou menos, e digo  
170 quanto é difícil não termos o Conselho Nacional atuante para poder participar  
171 destas audiências e representar o segmento da Pessoa com Deficiência,  
172 tenho acompanhado o FORBRACE que é o fórum dos conselhos estaduais do  
173 Brasil, está muito parado, não existe uma articulação das Entidades, não  
174 existe o edital da eleição do CONADE, o Conselho Nacional da Pessoa com  
175 Deficiência, e com isso, está perdendo espaço, em nível nacional,  
176 infelizmente, estamos com o movimento, sem representação e isso me causa  
177 certa angustia. Eu abro para assuntos gerais, se alguém quiser se manifestar,  
178 a palavra está aberta. O Conselheiro Maicon solicita como funcionam as  
179 reuniões de comissão do Conede. O Secretário Alexandre informa que as  
180 reuniões são agendadas dentro do grupo de whatsapp de cada comissão,  
181 assim que tiver agendamento, a reunião será feita de modo online. O  
182 Conselheiro Paulo Ferronato, fala que gostaria de fazer um encaminhamento  
183 em relação à palavra do Ministro da Educação, sobre a educação especial.  
184 Como estamos desarticulados em âmbito nacional, devido tudo isso que  
185 ocorreu no Conade, não estamos tendo um debate, e hoje podemos fazer  
186 alguma coisa no Estadual, podemos tirar um encaminhamento, uma nota para  
187 mandar a título de informação, eu sou o que sou hoje, devido a educação  
188 inclusiva que é muito importante para as Pessoas com Deficiência. Eu  
189 proponho fazer um documento, encaminhar para o Ministro da Educação,  
190 encaminhar para o STF – Supremo Tribunal Federal, uma vez que não temos  
191 neste momento o Conselho Nacional. A Presidente Jeane concorda de fazer  
192 um documento, inclusive pedindo também que haja o edital para a eleição do  
193 Conselho Nacional, que no momento está parado, pedindo para Ministra  
194 Damaris que cuida desta pasta, solicitando a brevidade do edital do Conade.  
195 A Conselheira Márcia, fala que concorda com tudo que o Conselheiro Paulo  
196 Ferronato trouxe neste debate, nossa Federação Nacional de Síndrome de  
197 Down, faz parte deste movimento, e a gente tem que entender que não se  
198 remete só a Educação, mas um avanço civilizatório, para que haja uma  
199 inclusão cada dia mais, sabemos que temos problemas, que temos que  
200 superar, e vencido o decreto, o que precisamos fazer para melhorar,  
201 compartilhar experiências exitosas, enfim, podermos aperfeiçoar a cada dia a  
202 inclusão da pessoa com deficiência, mas discutir retrocesso não, eu concordo  
203 de fazer um encaminhamento e com o retorno do Conade o mais breve  
204 possível. A Conselheira Kelly fala que a comissão não se reuniu nos últimos  
205 quarenta dias, devido ao meu afastamento, a gente vai marcar a reunião em



206 breve, a nossa pauta segue com a sugestão da Lei Catarinense de Inclusão, o  
207 regimento interno do Conede e agora com a questão dos estacionamentos, na  
208 qual foi solicitado aqui nesta plenária. Acredito que é algo necessário ser  
209 esclarecido, não é pacífico essa orientação, os municípios tratam de maneira  
210 diferente, os estabelecimentos também tratam de maneira diferente e será  
211 bem necessário fazer esse documento de orientação para que possa ficar  
212 bem definido aqui no Estado de Santa Catarina. Na questão do STF eu vou  
213 um pouco à fala do Conselheiro Paulo Ferronato, eu entendo que é muito  
214 além de só discutir a educação especial, temos que fazer uma reflexão muito  
215 maior e buscar dentro do conjunto da sociedade a mobilização das Entidades,  
216 das Pessoas, os profissionais que atuam nas áreas, e que precisamos  
217 garantir a inclusão em toda a parte e a educação é uma das políticas  
218 transversais que afetam a pessoa com deficiência. Temos que fazer essa  
219 inclusão de uma maneira geral. A Presidente Jeane pergunta se no Conede já  
220 foi feito uma discussão sobre o marco regulatório. Porque muitas Entidades  
221 tem a dificuldade de fazer seus projetos devido ao marco regulatório e eu  
222 pensei em trazer alguém para falar sobre esse assunto no Conede, ou mesmo  
223 uma capacitação ou uma live, que envolva esse assunto do marco regulatório  
224 para ajudar estas instituições. A Conselheira Kelly responde que não lembra  
225 em ter discutido sobre esse assunto, mas acho bastante importante. O  
226 Secretário Alexandre fala que na primeira gestão do Presidente Fabeni, foi  
227 falado sobre esse assunto, mas bem pouco, não foi aprofundado esse  
228 assunto, mas houve uma pequena discussão no Conede sobre o marco  
229 regulatório. O Conselheiro Michel fala que independente desta pauta já ter  
230 passado pelo Conede ou não, seria muito importante a gente realizar, porque  
231 a sobrevivência de muitas Entidades dependem da realização destes projetos  
232 que estarão de acordo com o marco regulatório. O Conselheiro Paulo  
233 Ferronato complementa o que o Conselheiro Michel falou, que é importante a  
234 capacitação de nossas Entidades, as Entidades são as bases da Pessoa com  
235 Deficiência, pois é no Município que as coisas são feitas, que os cidadãos são  
236 formados, poderíamos estar pensando em fazer um ciclo de capacitação para  
237 o ano que vem, dos Conselhos e Entidades, de modo online de vários  
238 aspectos que são pertinentes e importante no segmento da Pessoa com  
239 Deficiência, que é a base. A Presidente Jeane se coloca a disposição da  
240 estrutura da FCEE que pode ser feito live, quem sabe trazemos uma pessoa  
241 para falar sobre o marco regulatório, uma live do Conede. Se alguém tiver  
242 uma sugestão de nome, que entenda sobre o marco regulatório, de repente  
243 no mês de outubro. O Conede pode estar fazendo mais do que a reunião  
244 mensal. E lembrando que agora no final do mês temos a semana inclusiva,  
245 bastantes entidades estão participando, estendo o convite a todos, teremos o  
246 dia D, da empregabilidade. 11- Encerramento. A Presidente Jeane agradece a



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CONEDE

247 presença de todos e, dando assim por encerrada a reunião, na qual foi  
248 lavrada a presente ata pelo Secretário do Conselho, Alexandre Belino,  
249 documento que será enviado aos Conselheiros por e-mail para ser aprovado  
250 na próxima reunião e publicado no site da Secretaria de Estado do  
251 Desenvolvimento Social no endereço eletrônico:  
252 [www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/atas-e-reunioes/atas-](http://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/atas-e-reunioes/atas-10/2020-21-12)  
253 10/2020-21-12. Nossa reunião está disponível no canal do youtube da  
254 Secretaria de Desenvolvimento Social SC no link:  
255 <https://www.youtube.com/watch?v=pj8k-9wcmVI&t=2002s>. Florianópolis, 02  
256 de setembro de 2021.

257

258